

Construindo uma agenda para o futuro do Brasil

ConstruBr: união pelo aumento da produtividade na cadeia produtiva da indústria da construção

O Brasil precisa de um projeto para o futuro, hoje.

Nos últimos anos, tivemos a oportunidade de vivenciar os benefícios de uma economia relativamente estável e de incentivos à indústria da construção. Projetos como o Minha Casa Minha Vida, PAC e desonerações contribuíram para que o setor finalmente saísse de um período de décadas de estagnação.

Políticas públicas voltadas para o crescimento da renda e do emprego também foram e continuam sendo importantes.

Mas hoje o clima que prevalece é de incerteza, devido à falta de políticas federais, estaduais e municipais de longo prazo que ataquem questões estruturais.

A cadeia produtiva da construção tem convicção que, se ajustes profundos não forem feitos, as próximas décadas terão um sabor amargo para toda a sociedade.

A iniciativa privada tem um papel fundamental para o crescimento do País, por meio do suprimento de bens e serviços de qualidade, geração de empregos, inovação, qualificação da mão de obra e pagamento de tributos. Mas é do Estado, em todas as esferas, a responsabilidade de criar as condições favoráveis para o crescimento sustentado, pois não é possível tomar decisões de investimento com base em políticas públicas que oneram desproporcionalmente o setor privado ou políticas pontuais que podem ser extintas a qualquer momento.

A iniciativa privada pode e deve contribuir para o crescimento e desenvolvimento do Brasil, mas é do Estado a responsabilidade de criar condições favoráveis para investimentos produtivos com horizonte de longo prazo.

A partir da assinatura deste manifesto, a indústria da construção desenvolverá uma série de iniciativas e estudos para contribuir com este debate, com foco em:

▪ **Fortalecer a estabilidade macroeconômica**

Buscar em um horizonte de 10 anos: redução da inflação para 3% ao ano; queda da relação dívida bruta/PIB; e manutenção da taxa de juros reais de 3% a 4% ao ano.

Avançar na inserção do Brasil nas cadeias globais de produção

Buscar em um horizonte de 15 anos: reduzir a carga tributária para 25% do PIB.

Induzir o desenvolvimento industrial, desonerando impostos sobre investimentos em inovação e tecnologia.

- **Manter as desonerações, simplificar e reduzir a carga tributária para toda a cadeia da construção e manter o crescimento do financiamento imobiliário.**

As desonerações concedidas nos últimos anos foram fundamentais para o crescimento setorial e devem se tornar **perenes**, com racionalização da tributação.

- Em relação à desoneração da folha de pagamento, o governo federal deve facultar ao empresariado a opção pelo regime de tributação do INSS, além de estender o benefício a todos os setores econômicos.
- A Receita Federal deve ser fiel aos objetivos das desonerações ao regulamentá-las, (tornando-as permanentes) e não criando acréscimo tributário ou regras de exceção que acabam por inviabilizar o próprio objetivo de desonerar cadeias produtivas.
- Nas esferas estadual e municipal, os governos devem dar fim à bitributação de impostos como o ICMS e ISS, que tem como efeito nocivo onerar o custo dos empreendimentos e desestimular a industrialização e utilização de novas tecnologias no canteiro de obras.
- Os modelos de licitações públicas devem ser revistos, em especial no que diz respeito ao tabelamento de preços, postura totalmente contrária ao princípio da livre concorrência, que beneficia o próprio Estado.
- Garantir uma demanda de financiamento imobiliário compatível com a taxa de juros de longo prazo nos próximos 10 anos.
- Assegurar a continuidade dos programas de qualificação de mão de obra.

- **Ter a segurança jurídica como princípio fundamental do Estado Brasileiro**

As regras jurídicas e regulatórias devem ser consolidadas e mantidas, inclusive na instância judiciária.

A “coisa julgada” deve ser perseguida e cumprida pelo judiciário e pelo governo. É necessário ter segurança jurídica em processos licitatórios, em licenciamentos e aprovação de obras, bem como no que se refere ao pagamento de precatórios.

- **Implantar reformas microeconômicas indutoras de aumento da produtividade**

Os mecanismos de financiamento precisam de um **marco regulatório estável e perene**.

- **Revisar, atualizar e adequar a legislação trabalhista**

As regras trabalhistas vigentes não se adequam à realidade atual. É preciso realizar um amplo estudo e modernizar as relações de trabalho.

É necessário ter segurança jurídica nas relações de trabalho, em especial no que tange à terceirização de atividades, mecanismo que induz o empreendedorismo e geração de empregos à medida que atividades-meio são delegadas a terceiros, fomentando, portanto, o desenvolvimento econômico.

- **Acelerar e ampliar os investimentos em infraestrutura**

Além de serem importante fonte de negócios para o crescimento setorial, esses investimentos elevam os **níveis de eficiência sistêmica da cadeia e da economia como um todo**.

É preciso ampliar esses investimentos, que no Brasil correspondem a apenas 2,2% do PIB, para o patamar dos países desenvolvidos, que é de 5,1% do PIB.

- **Tornar os programas habitacionais em políticas permanentes de Estado**

O Minha Casa, Minha Vida promoveu grande avanço e deve ser incorporado na agenda de políticas públicas. É necessário zerar o déficit habitacional brasileiro em um horizonte de 10 anos e promover a ocupação sustentável do solo urbano.

Atualmente, os recursos para a execução do programa precisam ser aprovados no orçamento da União, e há necessidade de uma fonte de recursos perene para que ele não fique à mercê de manobras pontuais e interesses políticos.